

Democracia ou catástrofe

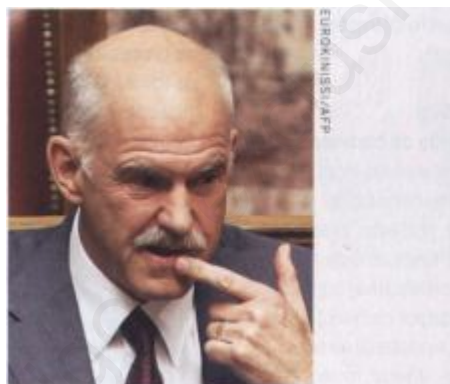
GRÉCIA | A crise expõe o dilema crucial da civilização ocidental, que é tanto econômico quanto político

POR ANTONIO LUIZ M. C. COSTA

O QUE SE passa na Grécia importa não só por ter sérias conseqüências para o mercado financeiro e a economia mundial, mas também por expor a crise da democracia representativa de forma mais clara do que ainda se observa em outros países. As massas estarem furiosas com o governo seria o de menos, apenas a rotina da alternância no poder. O problema é terem se enfurecido com o próprio sistema, independentemente de quem o administre.

De certa maneira, querem derrubar o regime, mas não o governo. Revoltam-se contra as exigências do capitalismo e da *troika* União Europeia - FMI - Banco Central Europeu que o representa, mas não particularmente contra a gestão do Partido Socialista de Giorgios Papandreou. Apesar da repressão, a renúncia do governo não parece ser a prioridade do movimento. A percepção de muitos manifestantes é de que a alternativa dentro do sistema, os conservadores, seria pior e não se consegue articular outra opção fora dele.

Não só os analistas integrados à ideologia dominante estão confusos. No site WSWS, o trotskista alemão Peter Schwarcz lamenta: "Passamos quase uma hora (na Praça Syntagma, em Atenas) tentando achar um responsável que



nos falasse sobre as metas e o caráter do movimento, sem sucesso". Ao insistir no "leve-me ao seu líder", conheceu o "Centro de Imprensa" do site real-democracy.gr, mas este se limitava a registrar as discussões e decisões da "Assembleia Popular" e do "Comitê de Organização". E até os membros deste - que mudam diariamente, podem ser 50 pessoas hoje e 500 amanhã - só podiam falar em seu próprio nome, não pelo movimento.

Na opinião de Schwarcz, essa rejeição da política impede a discussão de alternativas socialistas radicais e seria um esconde-esconde manipulado pelas alianças Syriza (sigla da Coalizão da Esquerda Radical, em grego) e Antarsya (Frente Revolucionária Anticapitalista de Esquerda), que usariam os "indignados" (em grego, *aganaktismenoi*) para despolitizar o protesto e manter



Papandreou, o que, receia o articulista, pode levar a pequena burguesia a apoiar um golpe de extrema-direita, risco que esses grupos desdenham.

Mas o Syriza teve 4,6% dos votos na última eleição parlamentar (elegeu 13 dos 300 deputados) e o Antarsya, 0,4%. Essas duas alianças de ambientalistas de esquerda, trotskistas, maoístas e comunistas heterodoxos, mais ou menos comparáveis ao PSOL brasileiro, somam uns 350 mil votos, enquanto o movimento grego tem levado às ruas perto de 3 milhões, quase 25% da população, com apoio de cerca de 70%. Responsabilizá-las pelos protestos seria atribuir-lhes uma competência conspiratória sem igual, juntamente com uma incongruente incapacidade ou timidez para liderar. Mais lógico é aceitar, como os porta-vozes do Syriza, que foram



O que pode vir a acontecer quando o povo de uma democracia liberal quer mudar o regime e não o governo?

Curto-circuito. Os gregos se rebelam contra Papandreou, que elegeram e não querem derrubar

surpreendidos pelo movimento e se juntaram a ele, sem ter como lhe ditar palavras de ordem (ou a falta delas). Se tentassem pregar ou articular qualquer doutrina específica, seriam ignorados.

Não custa perdoar a perplexidade da esquerda, até porque os donos do poder, que têm a faca, o queijo e o guardanapo nas mãos, estão igualmente atônitos. Os sucessivos pacotes de financiamento e planos de ajuste impostos ao governo grego fracassaram redondamente, sem conseguir impressionar suas próprias massas confusas e inconformadas de investidores e especuladores.

Por mais que Papandreou tente colaborar com a *troika*. Em 27 de junho, enquanto a greve geral e os protestos novamente explodiam em Atenas, representantes do governo reuniram-se com bancos e transnacionais para tentar

cumprir a exigência de privatização de 50 bilhões de euros em ativos, que ajudariam a pagar os 110 bilhões (até agora) do famigerado resgate. Isso inclui 39 aeroportos, 850 portos, ferrovias, estradas, bancos estatais, empresas de energia e saneamento, terras, cassinos e até a loteria nacional.

O interesse foi mínimo. Um executivo grego do grupo britânico BC Partners, que participou da reunião no hotel Claridge, de Londres, disse ao diário inglês *Guardian*: "Os investidores não querem aplicar onde não há flexibilidade para contratar e demitir pessoas, em um país onde você acorda e foi aprovada uma nova lei que mina e destrói o valor do investimento que acabou de fazer". Traduzindo, nada de democracia e bem-estar social. E se esses ativos forem vendidos,

será a um preço bem mais baixo do que a Grécia e a União Européia esperam.

Aref Lahham, do Grupo Orion Capital Managers, dos EUA, foi ainda mais negativo: "As pessoas não comprarão esses ativos, esta é a triste verdade". Apesar do potencial turístico, Lahham não se interessou em comprar terras devido às leis que, segundo ele, dificultam o financiamento da construção. Para ele, o cronograma que previa a venda de 15 bilhões até 2012 e o valor total até 2015 é completamente irreal: "Receio que vire uma queima de estoque".

Ainda que com uma apertada maioria, Papandreou conseguiu o voto de confiança para seu governo no dia 21, por 155 votos a 143, e a aprovação do novo pacote de austeridade no dia 29, por 155 votos a 138. em meio a uma greve geral de 48 horas. manifestações de massa e



choques de violência incomum, que deixaram centenas de pessoas feridas ou com problemas respiratórios por causa do gás lacrimogêneo usado na Praça Syntagma, de forma muito mais intensa que nos confrontos anteriores.

Um deputado socialista votou contra e foi expulso do partido (cuja maioria foi, com isso, reduzida a 154 em 300), enquanto um conservador votou a favor. Outro deputado socialista prometeu votar contra, mas mudou de ideia - sendo, por isso, atacado por manifestantes ao sair do Parlamento. Com isso, supõe-se que a Grécia se habilita a receber em julho a última parcela do financiamento europeu de 110 bilhões de euros e elevar sua dívida total para 355 bilhões. Se isso não acontecer, a moratória acontecerá até o fim do mês.

Na melhor das hipóteses, ela será adiada, mas é cada vez mais óbvio que o país não conseguirá pagar o que deve. Uma reportagem da revista alemã *Der Spiegel*, publicada em 20 de junho, "Hora de um plano B", admite que essa abordagem falhou. O euro não existe mais da forma como foi concebido e a União Monetária Européia não funciona mais. Segundo a revista, a equipe do ministro da Fazenda alemão, Wolfgang Schäuble, vê duas alternativas. A primeira, impropriamente chamada de "cura radical", é os países europeus se recusarem a pôr mais dinheiro e deixarem a Grécia a ver navios. Sem poder tomar mais empréstimos, ficaria insolvente e seus bancos quebrariam. Os in-

"O sistema do mercado financeiro é mais forte que o Parlamento e a vontade do povo", admitiu Papandreou

E o plano B? Lagarde (FMI) e Trichet (BCE) recusam-se a admitir que o plano A já falhou

vestidores deixariam de aplicar também em outros países em dificuldades da Zona do Euro e mais bancos iriam à falência. Seria uma reação em cadeia.

A segunda, é a "opção nuclear": a Grécia sai da união monetária e recria o dracma. O governo grego discutiu a possibilidade há algumas semanas e muitos economistas internacionalmente respeitados, inclusive Nouriel Roubini, a recomendam. A dívida externa ficará ainda mais pesada para os bancos gregos e novos resgates serão necessários, mas o país poderá recuperar competitividade. A Zona do Euro se dividirá entre um núcleo duro de países su-

postamente estáveis e um grupo de países do Sul com moedas fracas, necessitando de financiamento do Norte. Assim como a Valônia precisa de subsídios do Flandres, na Bélgica e a Alemanha Oriental, da Ocidental.

Mais séria que a divisão geográfica é a divisão política - que não é só grega - entre a oligarquia financeira e uma massa excluída dos debates e decisões, mas da qual se exige que aceite o dever patriótico de pagar mais impostos e suportar o desemprego e a perda de benefícios sociais. Isso depois que sucessivos governos gregos, sem pedir sua opinião, permitiram às suas elites sonegar impostos, mantiveram gastos militares desproporcionais (a Grécia tem sido o quarto maior importador de armas do mundo), realizaram as Olimpíadas (custaram 17 bilhões de dólares a um país com PIB de 300 bilhões, 1/7 do Brasil) e socorreram grupos financeiros e empresariais em dificuldades.

Em seu discurso ao Parlamento, Papandreou foi franco: "O sistema do mercado financeiro é mais forte que o Parlamento, mais forte que a vontade do povo". Parece falar de um monarca absolutista. Que perspectiva política se abre dessa declaração? Ou uma onda de revoltas contra esse novo "antigo regime", ou a redução dos governos nacionais a delegados autoritários desse soberano abstrato e impassível. Os dirigentes visíveis, dos quais a *troika* é a mais notável, agem como ministros e intérpretes de sua vontade, ainda que teoricamente seu poder emane, por vias duvidosas, de autoridades eleitas pelo voto popular. Uma teocracia econômica que cultua um deus louco.

É um problema inédito e enorme, sem respostas fáceis no âmbito da teoria política clássica. Não é à toa que o povo tem pouco a acrescentar de articulado à expressão de sua ira, além da demanda de uma "democracia real", mais direta. São aspirações que os partidos, inclusive os marxistas, ainda não sabem como articular, mas a Grécia é um bom lugar para se pensar nisso. Como lembrou o próprio Papandreou numa entrevista de 2004, a ágora da antiga Atenas era tanto o lugar do mercado quanto o do debate público. A questão é qual dessas funções vai prevalecer, e como: tanto "democracia" quanto "catástrofe" são palavras que vêm do grego. ●